

VICTORIA - SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO  
& CONTAS  
2011

---

# ÍNDICE

VICTORIA INTERNACIONAL  
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA – SEGUROS S.A

VICTORIA – SEGUROS DE VIDA S.A

Relatório & Contas aprovado em AG  
a 30 de Março de 2012

---

[www.victoria-seguros.pt](http://www.victoria-seguros.pt)

---

03 ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

## **01** RELATÓRIO

06 RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

## **02** INFORMAÇÃO FINANCEIRA

12 BALANÇO  
13 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
20 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL  
21 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXAS  
23 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO  
26 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **03** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

102 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS  
104 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA  
SEGUROS, S.A.

### ÓRGÃOS SOCIAIS

#### Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro  
**Presidente**

J. A. Pinto Ribeiro & Associados,  
Sociedade Advogados  
(representada por Maria Mateus  
Pinto)  
**Secretário**

#### Conselho de Administração

Alain Dupont  
**Presidente**

Christian Baffy  
**Vogal**

Pierre Esparbes  
**Vogal**

Bernard Millequant  
**Vogal**

Hubert Rodarie  
**Vogal**

Alberto Toledano  
**Administrador Delegado**

#### Conselho Fiscal

João de Lara Everard  
**Presidente**

Santiago Gil de Biedma  
**Vogal**

Luís Henriques  
**Suplente**

#### Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados – S.R.O.C.,  
S.A.(SROC nº 189)  
(representada por Ana Dourado  
(ROC nº 1011))  
**Efectivo**

Jean-éric Gaing (ROC nº 1013)  
**Suplente**

---

### CONSELHO EXECUTIVO

Alberto Toledano  
**Administrador Delegado**

Carlos Suárez  
**Director Geral Adjunto**

Francisco Campilho  
**Director Geral Adjunto**

## ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA  
SEGUROS, S.A.

### ÓRGÃOS SOCIAIS, DECORRENTES DAS ALTERAÇÕES APROVADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 30 DE MARÇO DE 2012

#### Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro

**Presidente**

J. A. Pinto Ribeiro & Associados,  
Sociedade Advogados  
(representada por Maria Mateus  
Pinto)

**Secretário**

#### Conselho de Administração

Alain Dupont

**Presidente**

Christian Baffy

**Vogal**

Pierre Esparbes

**Vogal**

Bernard Millequant

**Vogal**

Hubert Rodarie

**Vogal**

Alberto Toledano

**Administrador Delegado**

#### Conselho Fiscal

João de Lara Everard

**Presidente**

Santiago Gil de Biedma

**Vogal**

António Vilar

**Vogal**

Luís Henriques

**Suplente**

#### Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados  
– S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)  
(representada por Ana Salcedas  
(ROC nº 1230)

**Efectivo**

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

**Suplente**

---

### CONSELHO EXECUTIVO

Alberto Toledano  
**Administrador Delegado**

Carlos Suárez  
**Director Geral Adjunto**

Francisco Campilho  
**Director Geral Adjunto**

# 01

---

## RELATÓRIO

VICTORIA - SEGUROS, S.A.

# RELATÓRIO & CONTAS 2011

---

# 01

## RELATÓRIO

### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas do Anexo do exercício de 2011.

#### 01.1 Actividade da Empresa

A VICTORIA-Seguros, S.A. explora, no seguro directo, para os mercados de particulares e de empresas os ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil e Diversos. O ramo Doença é também explorado no resseguro aceite.

No dia 29 de Dezembro de 2011, o Grupo SMABTP formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de Setembro de 2011 e foi aprovada no início de Dezembro pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMABTP concentra a sua actividade no sector da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede

de mediadores profissionais. O Grupo SMABTP, fundado em 1859, conta com 2,800 colaboradores. Em 2010, apresentava capitais próprios no valor de 2,1 mil milhões de euros e detinha 17 mil milhões de euros de activos sob gestão.

O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no sector de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1989, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção.

A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

#### 01.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 95.578.283 (2010: EUR 106.491.259) evidenciando uma quebra de 10,2% (2010: crescimento de 15,4%). Relativamente aos contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efectuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 62,9% (2010: 37,0%), situando-se em EUR 1.076.763 (2010: EUR 2.905.170).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços foi assim de EUR 96.655.046 (2010: EUR 109.396.429) registando-se assim um decréscimo de 11,6% (2010: crescimento de 12,9%).

**01.3**  
**Custos com Sinistros**

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 78.295.791 (2010: EUR 78.426.555), evidenciando uma ligeira quebra de 0,2% (2010: crescimento de 33,9%) correspondendo a um agravamento do rácio combinado líquido da Empresa.

**01.4**  
**Resseguro Cedido**

A VICTORIA manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a Swiss Re e a Trans Re em Zurique, a MMA (ex-GMF), em Estrasburgo, a John Hancock, em Boston, a Lanforsakringar, em Estocolmo, a Nacional de Reaseguros, em Madrid, a New Re, em Zurique, a Odyssey Re e a R+V Versicherung AG, em Wiesbaden, com a Hannover Re, em Hannover no tratado proporcional de Incêndio e com a Hannover Re, nas Bermudas, para o CAT XL. Iniciou contrato com Flagstone, no Canada. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. manteve contratos com a CARES e a Europ Assistance, ambas em Lisboa e iniciou contratos com a

Europea de Seguros e Interpartner, também em Lisboa. Estamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

**01.5**  
**Custos de exploração líquidos**

Os custos de exploração líquidos situaram-se em EUR 26.640.315 (2010: EUR 24.058.842).

**01.6**  
**Investimentos**

A carteira de investimentos atingiu no final de 2011 um montante de EUR 98.476.350 (2010: EUR 98.568.803). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 1.591.423 (2010: EUR 2.061.097).

**01.7**  
**Margem de Solvência**

A Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 1,28 (2010: 1,17).

No seguimento das deliberações nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 21 de Outubro e de 19 de Dezembro, procedeu-se a dois aumentos de capital da sociedade de EUR 17.000.000 através da emissão de 370.000 novas

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

acções subscritas integralmente pela accionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de EUR 5, perfazendo um total de EUR 1.850.000, com um ágio da emissão total de EUR 15.150.000.

Na sequência destas operações a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de EUR 17.850.000, representado por 3.570.000 acções, de valor nominal de EUR 5 cada.

01.8  
Governo da Sociedade

A estrutura e o montante da remuneração dos membros dos órgãos de administração são definidos pela comissão de vencimentos que foi presidida por um representante do ERGO International AG e é constituída pelas seguintes componentes:

COMPONENTE	PARÂMETROS	INTERVALO	CONDIÇÃO PAGAMENTO	PAGAMENTO
REMUNERAÇÃO BASE	FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES	VALOR FIXO	ACORDO CONTRATUAL	MENSAL
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE CURTO PRAZO: BÓNUS ANUAL	OBJECTIVOS DA EMPRESA	0 -100%	ATINGIMENTO OBJECTIVOS	ANUAL, NO ANO SUBSEQUENTE
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE PRAZO: BÓNUS MÉDIO	OBJECTIVOS A 3 DA EMPRESA	0 -100%	ATINGIMENTO OBJECTIVOS	NO QUARTO ANO, RELATIVO AOS TRÊS ANOS

No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

	2011	2010
OUTRAS REMUNERAÇÕES	278.246	267.951
BÓNUS ANUAL	342.095	136.215
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>620.341</b>	<b>404.166</b>
OUTRAS REMUNERAÇÕES	3.500	3.500
<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>3.500</b>	<b>3.500</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

			2011	2010
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>				
ADMINISTRADOR-DELEGADO	PATRICK SCHWARZ	OUTRAS REMUNERAÇÕES	184.722	175.000
	CESSOU FUNÇÕES EM 29 DE DEZEMBRO DE 2011	BÓNUS ANUAL	312.395	114.390
ADMINISTRADOR	FRANCISCO CAMPILHO	OUTRAS REMUNERAÇÕES	93.524	92.951
		BÓNUS ANUAL	29.700	21.825
<b>CONSELHO FISCAL</b>				
PRESIDENTE	JOÃO LARA	OUTRAS REMUNERAÇÕES	3.500	3.500
VOGAL	FERNANDO GASPAR	OUTRAS REMUNERAÇÕES		
VOGAL	JOSÉ ALMAÇA	OUTRAS REMUNERAÇÕES		

01.9  
Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

01.10  
Ligações de grupo, recursos comuns

No final de 2011, A VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso accionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social

da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efectuada na base de critérios objectivos, observando a natureza e o fim da despesa.

01.11  
Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR – 13.368.565 (2010: EUR – 10.645.239). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR – 15.392.210 (2010: EUR: – 7.602.153). Propomos que o resultado seja levado a resultados transitados.

**01**

RELATÓRIO

**02**

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

**03**

RELATÓRIOS  
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

**1.12**  
**Consolidação de resultados**

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da actividade das empresas do grupo.

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

**1.13**  
**Previsões para 2012**

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços em Janeiro de 2012 atingiu EUR 15.172.697 (2011: EUR 19.488.487).

**1.14**  
**Considerações finais**

Queremos agradecer aos Accionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pelo seu empenhamento, indispensável para a concretização do novo projecto da VICTORIA.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

02

---

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

VICTORIA - SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO  
& CONTAS  
2011

---

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

BALANÇO EM 31.12.11 E 31.12. 10

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO			
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	<b>ACTIVO</b>				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.922.684		2.922.684	4.659.542
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
	Activos financeiros detidos para negociação			-	-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Derivados de cobertura				
2	Activos disponíveis para venda	94.796.335		94.796.335	93.023.331
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	764.250		764.250	1.081.816
	Títulos de dívida	94.032.085		94.032.085	91.941.515
	Outros				
	Empréstimos e contas a receber	24.529	-	24.529	875.163
	Depósitos junto de empresas cedentes				
4	Outros depósitos			-	850.213
4	Empréstimos concedidos	24.529		24.529	24.950
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

		EXERCÍCIO			
NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Terrenos e edifícios	746.000	13.198	732.802	739.401
2	Terrenos e edifícios de uso próprio	746.000	13.198	732.802	739.401
	Terrenos e edifícios de rendimento				
6	Outros activos tangíveis	4.099.588	3.362.979	736.609	1.103.681
6	Inventários	38.134		38.134	39.435
	Goodwill				
7	Outros activos intangíveis	13.837.412	12.095.172	1.742.240	2.097.731
	Provisões técnicas de resseguro cedido	9.145.862	-	9.145.862	11.733.170
11	Provisão para prémios não adquiridos	4.604.077		4.604.077	5.043.711
	Provisão matemática do ramo vida				
11	Provisão para sinistros	4.541.785		4.541.785	6.689.459
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
9	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	975.959		975.959	895.016
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	12.953.135	1.096.484	11.856.651	10.271.075
8	Contas a receber por operações de seguro directo	7.285.334	900.424	6.384.910	6.507.296

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

		EXERCÍCIO			
NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
8	Contas a receber por outras operações de resseguro	678.197		678.197	594.376
8	Contas a receber por outras operações	4.989.604	196.060	4.793.544	3.169.403
	Activos por impostos	1.449.239	-	1.449.239	3.462.320
10	Activos por impostos correntes	-		-	-
10	Activos por impostos diferidos	1.449.239		1.449.239	3.462.320
14	Acréscimos e diferimentos	55.022		55.022	73.994
	Outros elementos do activo				
	Activos não correntes detidos para venda e uindades operacionais descontinuadas				
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>141.043.899</b>	<b>16.567.833</b>	<b>124.476.066</b>	<b>128.973.859</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
11	Provisões técnicas	86.434.728	92.723.302
	Provisão para prémios não adquiridos	19.602.332	24.236.450
	Provisão matemática do ramo vida		
11	Provisão para sinistros	54.160.404	54.041.321
	De vida		
11	De acidentes de trabalho	26.128.208	21.205.128
11	De outros ramos	28.032.196	32.836.193
11	Provisão para participação nos resultados	53.921	114.019
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
11	Provisão para desvios de sinistralidade	4.137.185	3.871.829
11	Provisão para riscos em curso	8.480.886	10.459.683
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
12	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros		
9	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	272.382	176.500
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.488.811	9.057.607
13	Contas a pagar por operações de seguro directo	2.289.381	3.429.393
13	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.389.227	4.480.299
13	Contas a pagar por outras operações	2.810.203	1.147.915

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Passivos por impostos	2.551.430	2.885.051
10	Passivos por impostos correntes	2.551.430	2.885.051
10	Passivos por impostos diferidos	-	-
14	Acréscimos e diferimentos	3.957.828	1.624.332
26	Outras Provisões	1.084.529	469.853
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>100.789.708</b>	<b>106.936.645</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
15	Capital	17.850.000	16.000.000
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	327.539	398.138
15	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	312.989	383.588
15	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	14.550	14.550
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
10	Reserva por impostos diferidos	(86.798)	(105.506)
	Outras Reservas	20.488.612	15.193.132
	Resultados Transitados	499.215	(1.846.397)
	Resultado do exercício	(15.392.210)	(7.602.153)
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>23.686.358</b>	<b>22.037.214</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>124.476.066</b>	<b>128.973.859</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	81.035.327		81.035.327	82.264.420
19	Prémios brutos emitidos	95.578.283		95.578.283	106.491.259
	Prémios de resseguro cedido	(19.516.836)		(19.516.836)	(21.064.136)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5.413.514		5.413.514	(3.703.074)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(439.634)		(439.634)	540.371
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	255.575		255.575	684.139
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(70.887.718)		(70.887.718)	(68.607.970)
	Montantes pagos	(70.463.541)		(70.463.541)	(67.323.414)
21	Montantes brutos	(80.019.290)		(80.019.290)	(76.603.213)
	Parte dos resseguradores	9.555.749		9.555.749	9.279.799
	Provisão para sinistros (variação)	(424.177)		(424.177)	(1.284.556)
21	Montantes brutos	1.723.498		1.723.498	(1.823.342)
	Parte dos resseguradores	(2.147.675)		(2.147.675)	538.786
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1.713.441		1.713.441	(2.379.591)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-		-	-
	Montantes brutos			-	-
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	22.793		22.793	(37.566)
19	Custos e gastos de exploração líquidos	(26.640.314)		(26.640.314)	(24.058.842)
	Custos de aquisição	(20.093.330)		(20.093.330)	(18.418.800)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(779.395)		(779.395)	271.513
	Gastos administrativos	(9.242.626)		(9.242.626)	(9.181.084)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	3.475.037		3.475.037	3.269.529
	Rendimentos	1.497.518	24.102	1.521.620	1.867.149
22	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.497.518	24.102	1.521.620	1.867.149
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros				
	Gastos financeiros	(445.098)	(7.145)	(452.243)	(572.576)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
23	Outros	(445.098)	(7.145)	(452.243)	(572.576)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	69.803	-	69.803	193.948
24	De activos disponíveis para venda	69.803		69.803	193.948
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros			-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-		-	-
	De activos disponíveis para venda			-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	10.108		10.108	12.180
26	Outras provisões (variação)		(650.896)	(650.896)	(241.511)
27	Outros rendimentos/gastos		828.313	828.313	1.277.439
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(13.368.565)</b>	<b>194.374</b>	<b>(13.174.191)</b>	<b>(9.598.781)</b>
10	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			(186.230)	801.116
	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			(2.031.789)	1.195.512
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(13.368.565)</b>	<b>194.374</b>	<b>(15.392.210)</b>	<b>(7.602.153)</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	2011	2010
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(15.392.210)	(7.602.153)
GANHOS LÍQUIDOS POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	(70.599)	(882.305)
GANHOS LÍQUIDOS POR AJUSTAMENTOS POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	-	-
AJUSTAMENTOS POR RECONHECIMENTO DE IMPOSTOS DIFERIDOS	18.708	233.811
GANHOS E PERDAS ACTUARIAIS RECONHECIDAS	93.243	217.399
IMPOSTOS DIFERIDOS E CORRENTES DE CORRENTES DOS GANHOS E PERDAS ACTUARIAIS	-	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	(15.350.858)	(8.033.248)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos	580.227.389	205.023.858
Prémios recebidos de clientes	98.674.815	118.528.826
Alienação de activos financeiros	472.715.646	78.759.656
Juros e dividendos	23.498	110.175
Recebimentos de taxas e impostos	-	25.201
Regularização c/c de seguradoras	8.813.430	7.600.000
Pagamentos:	598.365.993	214.725.174
Sinistros e estornos de clientes	74.704.948	76.122.412
Comissões	7.159.244	4.860.509
Resseguradores	9.340.573	10.071.817
Outros prestadores	337.991	591.269
Fornecedores diversos	8.765.882	9.491.857
Pagamentos a colaboradores	4.579.026	6.800.816
Aquisição de activos financeiros	472.138.269	90.094.122
Pagamento de taxas e impostos	17.096.397	16.570.560
Despesas de viagem	227.997	121.154
Fundo Fixo de Caixa	210	658
Regularização c/c de seguradoras	4.015.456	-
<b>FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>18.138.604</b>	<b>9.701.316</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamentos:	598.254	726.863
Aquisição de activo fixos tangíveis	6.676	352.755
Aquisição de activos intangíveis	591.578	374.108
<b>FLUXO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>598.254</b>	<b>726.863</b>
<b>3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos:	17.000.000	10.500.000
Aumentos de capital	17000000	10500000
<b>FLUXO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>17.000.000</b>	<b>10.500.000</b>
<b>4 (= 1+2+3) TOTAL DO FLUXO DE CAIXA</b>	<b>(1.736.858)</b>	<b>71.821</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO</b>	<b>4.659.542</b>	<b>4.587.721</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>2.922.684</b>	<b>4.659.542</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			OUTRAS RESERVAS				RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
		POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS		
Balanco a 31 de Dezembro 2009	13.000.000	1.265.893	14.550	(339.317)	1.460.767	5.802.915	212.051	1.469.951	(3.316.348)	19.570.462
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balanco de abertura alterado	13.000.000	1.265.893	14.550	(339.317)	1.460.767	5.802.915	212.051	1.469.951	(3.316.348)	19.570.462
Aumentos/reduções de capital	3.000.000					7.500.000				10.500.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda		(882.305)		233.811						(648.494)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio										-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos										-
Aumento de reservas por aplicação de resultados										-
Distribuição de reservas										
Distribuição de lucros/prejuízos								(3.316.348)	3.316.348	-



01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			OUTRAS RESERVAS				RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL	
		POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS			
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio											-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos											-
Aumento de reservas por aplicação de resultados											-
Distribuição de reservas											-
Distribuição de lucros/prejuízos						(9.448.550)		1.846.397	7.602.153		-
Alterações de estimativas contabilísticas											-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio								(405.970)	499.215		93.245
Total das variações do capital próprio	1.850.000	(70.599)	-	18.708	-	5.701.450	(405.970)	2.345.612	7.602.153	17.041.354	
Resultado líquido do período									(15.392.210)		(15.392.210)
Distribuição antecipada de lucros											
Balanco a 31 de Dezembro 2011	17.850.000	312.989	14.550	(86.798)	1.460.767	19.004.365	23.480	499.215	(15.392.210)	23.686.358	

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

### ÍNDICE

**I) INTRODUÇÃO**

**II) INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS**

**III) POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

**IV) GESTÃO DE RISCOS**

**V) NOTAS AO BALANÇO**

- NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 – Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Activos financeiros detidos para negociação
- NOTA 4 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

- NOTA 5 – Activos disponíveis para venda
- NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 7 – Afectação dos investimentos
- NOTA 8 – Outros activos tangíveis e inventários
- NOTA 9 – Outros activos intangíveis
- NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 11 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 12 – Activos e Passivos por impostos
- NOTA 13 – Provisões Técnicas
- NOTA 14 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 17 – Capital Próprio
- NOTA 18 – Transacções entre partes relacionadas
- NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**VI) NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

- NOTA 20 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento e contratos de prestação de serviços
- NOTA 22 – Custos com sinistros
- NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 24 – Gastos Financeiros
- NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas
- NOTA 27 – Perdas de Imparidades

- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos diversos por função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

**VII) JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS  
FINANCEIROS**

**VIII) NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES  
RECENTEMENTE EMITIDAS**

**IX) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES  
FINANCEIRAS**

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

## I – INTRODUÇÃO

A VICTORIA – Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de Outubro de 2002 pela transferência dos activos e passivos da actividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objecto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objecto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de Maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU – International Insurance Plc (Commercial Union Portugal), incluindo os activos e passivos relacionados bem como os respectivos colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 20 delegações.

Actualmente apresenta um capital social de Euros 17.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA

Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objecto social o desenvolvimento da actividade de seguro do Ramo Não Vida.

No decurso de 2011, o Grupo Ergo, detentor de 100% da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. iniciou um processo de venda das participações financeiras em Portugal, que se veio a concretizar a 29.12.2011, data de transferência das participações financeiras, para o Grupo SMABTP. Todas as operações existentes entre as empresas do grupo, foram objecto de revisão e objecto de novos acordos, de modo a acautelar a transição para o novo accionista, bem como a garantir o normal desenvolvimento da actividade, nomeadamente no que respeita aos sistemas informáticos.

As notas às contas respeitam as exigências de informação estabelecidas no Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

## II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

### Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

(UN: EUROS)

2011	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
Prémios brutos emitidos	95.578.283	28.162.238	21.109.886	24.055.673	17.448.756	4.801.730
Prémios de resseguro cedido	19.516.836	1.235.644	11.468.037	2.261.754	3.109.792	1.441.609
Prémios brutos adquiridos	100.991.797	28.531.060	21.512.943	28.354.318	17.778.983	4.814.492
Resultados dos investimentos	1.122.223	148.637	178.619	246.986	526.058	21.923
Custos com sinistros brutos	(78.295.792)	(23.208.863)	(11.268.560)	(24.904.891)	(16.523.257)	(2.390.221)
Custos de exploração brutos	(30.115.352)	(6.320.579)	(6.827.706)	(8.875.299)	(6.654.886)	(1.436.882)
Resultado técnico	(13.368.565)	(842.896)	(237.540)	(5.139.225)	(7.604.042)	455.138
Activos afectos à representação das provisões técnicas	98.489.548	8.556.218	18.114.902	24.769.123	44.826.174	2.223.131
Provisões técnicas	86.434.728	8.654.536	18.323.058	25.053.741	32.168.065	2.235.328

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(UN: EUROS)

2010	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	106.491.259	31.132.528	21.837.772	31.746.506	17.399.974	4.374.479
PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	21.064.136	1.515.553	12.921.415	2.648.446	2.727.265	1.251.457
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	102.788.185	31.312.153	21.431.359	28.752.636	17.001.465	4.290.572
RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS	1.477.991	228.106	205.720	416.155	620.572	7.438
CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	78.426.555	24.957.477	16.770.863	24.108.521	11.354.149	1.235.545
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	27.328.371	6.929.971	6.497.432	7.848.857	4.979.825	1.072.286
RESULTADO TÉCNICO	(10.645.239)	1.734.480	(4.272.112)	(8.173.563)	(1.303.624)	1.369.581
ACTIVOS AFECTOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	99.279.086	10.163.564	23.300.637	35.080.361	28.826.068	1.908.456
PROVISÕES TÉCNICAS	92.723.302	9.594.258	21.995.466	33.115.356	26.216.667	1.801.555

### III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

#### Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros (“PCES 07”)), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de

31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4, norma relevante para os contratos de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

## 01

RELATÓRIO

## 02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

## 03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adoptados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2011, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 17 de Fevereiro de 2012.

Em 2011 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respectivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

### Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

#### Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já

## 01

## RELATÓRIO

## 02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

## 03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros. De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

*(i) Provisão para prémios não adquiridos*

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método

“pro-rata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos, deduzidos dos respectivos custos de aquisição.

*(ii) Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos directos e indirectos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

*(iii) Provisão para participação nos Resultados*

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respectivos.

*(iv) Provisão para riscos em curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

*(iv) Provisão para desvios de sinistralidade*

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

*(v) Comissões de mediação*

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos de prémios.

**Terrenos e edifícios**

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios a Companhia adoptou a política do Grupo, pelo que são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afectas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efectuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas,

e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adoptada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os factores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais factores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objecto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

**Activos financeiros**

A VICTORIA classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Activos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Activos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Activos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

*Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados

à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

*Mensuração subsequente*

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

*Transferências entre categorias*

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer activos.

*Imparidade*

A avaliação e o cálculo da imparidade nos activos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

**Títulos de rendimento variável;** A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

- I – Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II – Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

**Títulos de rendimento fixo**

- I – Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:
  - a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
  - b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;
- II – Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:
  - a) Significativa dificuldade financeira do Emitente

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

#### Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fracção por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, a Norma nº16/2006-R vem, e no cumprimento da referida legislação, clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

#### Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

#### Activos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	12,5%
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	12,5% A 25%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	25% E 33%
INSTALAÇÕES INTERIORES	10% A 16,66%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

A avaliação efectuada para determinação da existência de imparidade nos activos tangíveis e intangíveis é efectuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do activo. Dependendo dos casos, o procedimento adoptado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

#### Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

#### Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como

## 01

### RELATÓRIO

## 02

### INFORMAÇÃO FINANCEIRA

## 03

### RELATÓRIOS DEFISCALIZAÇÃO

activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

#### Benefícios aos empregados

##### Plano de contribuição definida

Para todos os colaboradores admitidos após 22 de Junho de 1995, a VICTORIA efectua um conjunto de contribuições mensais que são registadas quando de acordo com a especialização dos exercícios.

##### Plano de benefício definido

A VICTORIA assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um

conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa

## 01

### RELATÓRIO

## 02

### INFORMAÇÃO FINANCEIRA

## 03

### RELATÓRIOS DEFISCALIZAÇÃO

de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

Os ganhos e perdas actuariais diferidos determinados anualmente são reconhecidos em reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo. Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### *Prémio de permanência*

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos

benefícios pós-emprego. Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

#### *Bónus*

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são

## 01

RELATÓRIO

## 02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

## 03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

### Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

### Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

### Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função

## 01

RELATÓRIO

## 02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

## 03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

#### *Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

#### *Locações financeiras – como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### **Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

### Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

**Títulos de rendimento variável;** A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I – Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II – Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

### Títulos de rendimento fixo

I – Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II – Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a

IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

### Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

## 01

RELATÓRIO

## 02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

## 03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

---

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

---

## IV – GESTÃO DE RISCOS

---

### Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas

## 01

### RELATÓRIO

## 02

### INFORMAÇÃO FINANCEIRA

## 03

### RELATÓRIOS DEFISCALIZAÇÃO

para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos factores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

O acompanhamento dos riscos associados aos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros é efectuado no âmbito do Sistema de Controlo Interno através do registo dos controlos que lhes estão associados e da sua monitorização. Esta monitorização é realizada mediante a revisão periódica do desenho dos controlos implementados e de testes de eficácia no âmbito de auditorias internas.

Existe também uma base de dados onde são registados os eventos que tenham características de falhas.

#### *Políticas de subscrição*

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das directrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas de acordo com a procura de mercado dentro dos necessários critérios de prudência técnica.

Têm forçosamente em conta diversos indicadores estatísticos da carteira existente bem como os do mercado ou específicos para cada tipo de risco, procurando adequar o preço praticado ao risco transferido.

#### *Tarificação*

A VICTORIA procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter um resultado positivo depois de deduzidos os custos com sinistros e com o capital. A adequabilidade do pricing é testada por análises periódicas aos resultados da carteira, bem como através de várias análises aos rácios combinados das carteiras existentes.

Entre os vários factores que influenciam o preço, destacam-se os custos estimados com sinistros e o timing em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, enquadramento social da actividade em que o risco está inserido, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes

#### *Provisionamento*

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efectuados processos de revisão, com base nos quais se detectam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respectivo ajustamento.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Numa óptica de avaliação contínua das provisões são produzidos relatórios de excepção para uma análise posterior.

*Resseguro*

Numa óptica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras.

O resseguro da companhia está disperso por 12 resseguradoras com rating entre o AA- e o A- da Standard &

Poor's. O Nat Cat está colocado em 4 resseguradoras (Munich Re, New Re, Swiss Re e Hannover Re com ratings AA-) tendo contratado um CAT XL com um PML de 2,66% (com um período de retorno de 250 anos) dos valores expostos.

Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA tem ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (Gestor do IGP) relativamente ao ramo de Doença.

O resseguro existente na companhia tem por base tratados de resseguro, cujo resumo das principais características é exposto no quadro seguinte:

RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
INCÊNDIO E OUTROS DANOS (INCLUDING ENGINEERING)	FIRST SURPLUS	500	18.000
	SUBLIMIT FOR ENGINEERING	500	8.000
	QUOTA SHARE	350	500
INCÊNDIO E OUTROS DANOS (CATÁSTROFES NATURAIS)	EXCESS OF LOSS	10.000	170.000
			160.000.XS 10.000
AUTOMÓVEL	EXCESS OF LOSS	500	50.000
	SURPLUS	300.	3.300
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	SUBLIMIT FOR CARGO	150	1.650
	EXCESS OF LOSS PER EVENT	300	1.500
ACIDENTES PESSOAIS	QUOTA SHARE	360	600
	EXCESS OF LOSS PER EVENT	360	3.600
ACIDENTES DE TRABALHO	EXCESS OF LOSS	400	7.000
RESPONSABILIDADE CIVIL	EXCESS OF LOSS	250	3.000

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

No quadro abaixo exposto, encontram-se os prémios de seguro directo e de resseguro:

RAMO	PRÉMIOS 2011			PRÉMIOS 2010		
	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LÍQUIDO	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LÍQUIDO
Doença	28.162	1.236	26.927	31.133	1.516	29.617
Incêndio e outros danos	21.110	11.468	9.642	21.838	12.921	8.917
Automóvel	24.056	2.262	21.794	31.746	2.649	29.097
Acidentes	17.449	3.110	14.339	17.400	2.727	14.673
Marítimo, aéreo e Transportes	3.938	1.325	2.613	3.476	1.149	2.327
Diversos	863	116	747	898	102	796
Total	95.578	19.517	76.061	106.491	21.064	85.427

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

Obs.: Os valores, no que diz respeito ao ramo Doença, não incluem os prémios referentes a contractos de prestação de serviços para efeitos contabilísticos.

### Risco de prémios

Os ramos Não Vida caracterizam-se por um perfil de risco especialmente volátil no que diz respeito à sinistralidade. O risco de prémios está associado ao facto da companhia de seguros, perante tal volatilidade não ter um nível de prémios suficiente que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

A adequação das tarifas à realidade da carteira é feita com base em séries históricas e monitorizada trimestralmente com base nos rácios de sinistralidade e combinado.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

	2011	2010
<b>PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS</b>		
Doença	28.162	31.133
Incêndio e outros danos	21.110	21.838
Automóvel	24.056	31.746
Acidentes	17.449	17.400
Marítimo, aéreo e transportes	3.938	3.476
Diversos e RC	863	898
<b>RÁCIO DE SINISTRALIDADE</b>		
Doença	81,3%	79,7%
Incêndio e outros danos	52,4%	78,3%
Automóvel	87,8%	83,8%
Acidentes	92,9%	66,8%
Marítimo, aéreo e transportes	49,7%	27,6%
Diversos e RC	49,6%	33,6%
<b>RÁCIO DE DESPESAS GERAIS</b>		
Doença	13,5%	17,2%
Incêndio e outros danos	19,0%	19,0%
Automóvel	20,2%	18,4%
Acidentes	21,4%	17,2%
Marítimo, aéreo e transportes	49,7%	27,6%
Diversos e RC	49,6%	25,2%
<b>RÁCIO COMBINADO</b>		

(CONT.)

	2011	2010
Doença	103,5%	101,8%
Incêndio e outros danos	84,1%	18,6%
Automóvel	119,1%	111,1%
Acidentes	130,4%	96,1%
Marítimo, aéreo e transportes	74,6%	48,5%
Diversos e RC	100,5%	75,2%
<b>RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO</b>		
Doença	103,7%	102,6%
Incêndio e outros danos	113,1%	142,6%
Automóvel	130,2%	121,6%
Acidentes	146,7%	110,6%
Marítimo, aéreo e transportes	77,7%	45,1%
Diversos e RC	116,2%	92,4%

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

Obs.: Os valores, no que diz respeito ao ramo Doença, não incluem os prémios referentes a contratos de prestação de serviços para efeitos contabilísticos.

Através da análise do quadro anterior, verifica-se um agravamento em 2011 do rácio combinado líquido dos ramos Doença (+1,1 p.p.), Acidentes (+36,2 p.p.), Marítimo aéreo e transportes (+32,6 p.p.), e Diversos e RC (+23,7p.p.). IOD melhora o rácio combinado líquido em 29,5 p.p.

## 01

RELATÓRIO

## 02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

## 03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Estão a ser tomadas medidas para cada um destes ramos no sentido de melhorar os respectivos resultados, nomeadamente através da implementação de novas tarifas, definição de novas regras de selecção de riscos e revisão do processo de gestão de sinistros. Ao nível tarifário, destaca-se a continuidade do processo de migração da carteira Automóvel para o novo produto lançado em Outubro 2010, lançamento do novo produto de Doença, lançamento da nova tarifa de Acidentes de Trabalho e revisão da tarifa de Multiriscos Comércio e Multiriscos Habitação.

Na gestão de sinistros evidencia-se a continuidade do projecto de revisão dos processos encerrados (CFR, Close File Review), a implementação da ferramenta Audatex (controlo de peritagens no ramo automóvel), e a redefinição e criação das redes de prestadores clínicos para Acidentes de Trabalho e desenvolvimento da rede de oficinas recomendadas VICTORIA.

O forte investimento que a VICTORIA iniciou em 2009 e que se manteve em 2011 no sentido da modernização e expansão da rede comercial contribuiu também para o crescimento do rácio combinado.

Devido à melhoria do rácio de sinistralidade do ano, foram libertadas provisões para riscos em curso nas linhas de negócio de Incêndio e Outros Danos e Automóvel. Para as restantes linhas de negócio foi necessário reforçar as provisões.

### Risco de provisões

Uma das principais rubricas que influencia o passivo de uma companhia de seguros Não Vida é a provisão para sinistros, pelo que a sua estimação deverá envolver princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas.

A adequação global das provisões para sinistros é efectuada três a quatro vezes por ano através da aplicação de modelos determinísticos. Os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são reflectidos nos resultados da companhia. A Companhia realiza também o teste à suficiência das provisões, através da aplicação de modelos estocásticos, ainda que este não seja actualmente de carácter vinculativo.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com excepção de Doença:

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(UN.:EUROS)

ESTIMATIVA ACUMULADA DOS SINISTROS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		
No final do ano de constituição	17.743	19.052	19.107	20.746	23.675	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240	47.208		
Um ano depois	17.883	18.217	18.758	20.510	19.461	24.419	29.937	27.859	30.966	36.034	54.265			
Dois anos depois	17.663	17.883	18.333	20.018	22.564	23.836	29.319	26.697	30.358	35.809				
Três anos depois	18.530	17.509	18.301	20.145	22.566	23.902	29.070	26.199	30.594					
Quatro anos depois	18.536	17.319	18.254	20.263	22.806	23.600	28.465	26.350						
Cinco anos depois	18.260	17.360	18.271	19.991	22.696	23.193	28.427							
Seis anos depois	18.227	17.298	18.126	19.884	22.646	23.196								
Sete anos depois	18.248	17.267	18.159	19.768	22.500									
Oito anos depois	17.756	17.075	18.078	19.808										
Nove anos depois	17.672	17.070	18.189											
Dez anos depois	17.685	16.996												
Onze anos depois	17.670													
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	17.670	16.996	18.189	19.808	22.500	23.196	28.427	26.350	30.594	35.809	54.265	47.208		
Pagamentos acum. a 31-12-2011	17.509	16.946	17.125	19.411	22.070	22.479	26.706	25.712	29.392	34.535	50.514	29.874		
Provisão para sinistros	161	50	1.064	397	430	718	1.722	638	1.202	1.275	3.752	17.335		
												Provisão para sinistros a 31-12-2011	28.742	
													Provisão para sinistros a 31-12-2011 de anos anteriores a 2000	18
													<b>TOTAL PROVISÃO PARA SINISTROS A 31-12-2011</b>	<b>28.760</b>

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

## 01

RELATÓRIO

## 02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

## 03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Pode-se constatar pelo desenvolvimento da estimativa do custo com sinistros constituída no final de cada ano que na generalidade dos exercícios se verifica um run-off positivo. Este comportamento é validado pelos resultados das análises efectuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao custo de encerramento. Trimestralmente são ainda elaboradas análises com o objectivo de estudar o comportamento do custo com sinistros para o ramo Automóvel. O estudo efectuado no encerramento do exercício constata que de uma forma global, existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão. Esta situação reflecte a política de elevada prudência, seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros.

### Risco catastrófico

Os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA encontra-se bastante exposta a este tipo de risco em Incêndio e Outros Danos.

### Medidas para mitigação do Risco

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões é efectuada através da aplicação de critérios de selecção e políticas

de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

A VICTORIA utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

### Risco de Investimento

A gestão dos investimentos foi no decurso de 2011, efectuada através de mandatos celebrados com a empresa MEAG, pertencente ao grupo Munich Re, e acompanhada por uma equipa local composta por elementos das áreas financeira, técnica e actuarial, responsável pelo desenvolvimento anual da Estratégia de Activos e pelo ALM Committee responsável pela reconciliação das várias estratégias de investimento, tendo em conta os compromissos assumidos pela VICTORIA, como resultado da estratégia adoptada. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

Para o ano de 2012, a gestão dos investimentos irá ser assegurada pela SMA Gestion, empresa do grupo SMABTP, não se prevendo alterações na política de investimentos praticada.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de activos:

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS DECORRIDOS
<b>ACTIVOS DISPONIVEÍIS PARA VENDA</b>					
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		80.808.701	81.954.845	82.343.998	1.234.292
De outros emissores públicos					
De outros emissores		10.200.000	10.316.125	10.250.525	203.270
sub-total		91.008.701	92.270.970	92.594.523	1.437.562
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	7.106	-	774.814	764.250	-
Outros					
sub-total	7.106	-	774.814	764.250	-
<b>EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER</b>					
Empréstimos concedidos				24.529	-
sub-total				24.529	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.106</b>	<b>91.008.701</b>	<b>93.045.784</b>	<b>93.383.302</b>	<b>1.437.562</b>

Quadro 5

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

	(UN: EUROS)	
RATING MÉDIO	2011	2010
AAA	51.140.359	57.754.779
AA	17.042.998	13.847.057
A	-	20.339.679
BBB	-	-
B	946.816	-
NR	25.690.691	1.956.979
<b>TOTAL</b>	<b>94.820.864</b>	<b>93.898.494</b>

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos activos financeiros:

	(UN: EUROS)	
MATURIDADES	2011	2010
1 A 2 ANOS	81.603.115	69.022.924
3 A 5 ANOS	7.599.087	11.362.865
6 A 10 ANOS	4.053.316	12.411.347
> 10 ANOS	776.567	19.541
SEM MATURIDADE	788.779	1.081.817
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>94.820.864</b>	<b>93.898.494</b>

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os sectores de actividade:

	(UN: EUROS)	
SECTORES	2011	2010
Dívida Soberana	83.578.290	77.004.188
Energia	-	-
Financeiro	10.478.324	15.787.539
Fundo Acções	-	-
Fundo Imobiliário	-	-
Fundo Obrigações	739.721	1.081.817
Outros	24.529	24.950
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>94.820.864</b>	<b>93.898.494</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada em seguida:

(UN.:EUROS)

31 DE DEZEMBRO DE 2011

EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILÍSTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	15.296	11.746	(3.549)	4%	-	53
	<b>15.296</b>	<b>11.746</b>	<b>(3.549)</b>	<b>4%</b>	<b>-</b>	<b>53</b>

31 DE DEZEMBRO DE 2010

EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILÍSTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	3.108.403	3.102.877	(5.527)	2%	-	84
	<b>3.108.403</b>	<b>3.102.877</b>	<b>(5.527)</b>	<b>2%</b>	<b>-</b>	<b>84</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

#### Risco de Mercado

O risco de mercado resulta da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das acções.

O risco de mercado encontra-se estritamente relacionado com o risco de mismatching entre os activos e os passivos. Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde as responsabilidades são essencialmente de curto prazo este risco não é muito significativo.

#### Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transacções financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos activos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transacções financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a

exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

Em 2011 a crise de Dívida Soberana dos países europeus denominados periféricos agravou-se. O alargamento dos spreads de Dívida Pública manteve uma tendência crescente e obrigou Portugal a recorrer ao programa de apoio da União Europeia e FMI destinado a ajudar os países europeus com dificuldades de financiamento. A qualidade da carteira de crédito é excelente, uma vez que 71,9% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 10,7 milhões de euros (11,3% da carteira de investimentos) com a seguinte distribuição: Itália: 11,1% e Espanha: 3,3%.

Em 2011 as principais resseguradoras com as quais a VICTORIA Seguros, S.A. celebrou tratados de resseguro

#### Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a actividade seguradora pode afectar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros activos.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

A presente crise financeira e o seu alastramento ao mercado de dívida soberana de alguns países europeus, levou a que a Companhia adoptasse uma estratégia de investimento ainda mais cautelosa (em termos de qualidade de crédito e maturidades), garantindo assim que as necessidades operacionais de liquidez da companhia não sejam postas em causa.

A projecção dos cash-flows da carteira de investimentos (excluindo o saldo de Depósitos à Ordem e a Prazo) indica que aproximadamente 72,4 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2012, dos quais aproximadamente 35% terá lugar no primeiro trimestre de 2012. Adicionalmente, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis elevados (83,6 milhões de euros, representando 88,2% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 78% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria e França). É de referir ainda que 53,9% da carteira de investimento possui a mais alta notação de rating (AAA).

A Companhia detinha ainda um volume importante em Depósitos à Ordem (2,9 milhões de euros).

### Medidas para mitigação do Risco

A mitigação do risco de investimento é efectuada através de uma correcta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detectado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da companhia e quinzenalmente ao nível do grupo ERGO. Estão implementados os seguintes indicadores:

- “Net loss limit”: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objectivos de rendimento previamente estabelecidos.

Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos activos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Este indicador apresentava, no final de 2011, um valor de 12,87 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada não era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de activos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 17,04. Porém, após o aumento de capital realizado em Dezembro, o indicador RBC foi corrigido para 21,94.

- “Credit risk”: este indicador está associado ao risco de default da contra-parte, bem como ao risco associado à volatilidade dos preços proveniente da oscilação dos mercados financeiros. Este risco é avaliado através da medida de risco “Credit Value at Risk” (CVaR) e notações de rating.

O indicador apresentava no encerramento do ano uma perda máxima potencial de 340 mil euros de euros dentro do intervalo de confiança, o que representa uma desvalorização de apenas 0,4% da carteira de investimentos.

#### Margem de Solvência

A margem de solvência a 31 de Dezembro de 2011 é de 1,28 (2010: 1,17).

#### Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos activos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a

sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efectuada através de um teste de limite (stress test) e para cada classe de activos separadamente.

#### Sensibilidade a Subidas nas Taxas de Juro

A carteira de obrigações da VICTORIA tem uma Duração Modificada Média de 0,82% e representa cerca de 99% do valor da carteira total. Atendendo a que o Excesso de Solvência era a 31 de Dezembro de 2011 de Euros 4.859.712, a VICTORIA teria uma capacidade para acomodar uma subida de 634,3 pontos base nas taxas de juro e consequente descida no valor dos capitais próprios.

#### Sensibilidade à Desvalorização dos Activos Imobiliários

A VICTORIA detinha a 31 de Dezembro de 2011 uma exposição a esta classe de activos de aproximadamente 1%. Considerando mais uma vez que o excesso da solvência era no final do ano de Euros 4.859.712, os activos imobiliários poderiam sofrer uma desvalorização máxima de 72,7%. Esta desvalorização corresponde ao choque máximo que o activo pode sofrer de acordo com os pressupostos da análise e que estabelecem que o valor do terreno não perde valor. Neste caso, e após o choque testado, o valor dos activos imobiliários corresponderia apenas ao valor dos terrenos, a margem de solvência continuaria positiva em Euros 4.326.910 e o impacto no Capital Próprio seria de Euros 532.802.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

	TAXA DE JURO	IMOBILIÁRIO
Teste de Sensibilidade:		
Varição Subjacente	+634,3 p.b.	- 72,7%
Impacto no Valor do Activo	(4.859.712)	(532.802)
Impacto nos Resultados e Capital		
Impacto no Resultado Exercício	-	-
Impacto no Capital Próprio	(4.859.712)	(532.802)
Excesso Solvência após Stress Test	-	4.326.910

Quadro 6 (valores em euros)

Obs.: O impacto no Capital Próprio pode existir directamente através do reconhecimento da Reserva de Reavaliação, ou indirectamente pelo Resultado do Exercício.

### Risco operacional

O risco operacional está associado às perdas que resultam do desempenho da actividade diária da empresa de seguros. Para efeito da análise e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias: risco de evento e risco de negócio.

O **risco de evento** está associado às perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Inclui também o risco de compliance. A mitigação do risco de evento é efectuada através da definição de processos e de controlos de gestão.

Neste sentido a VICTORIA procedeu ao levantamento dos processos internos mais relevantes e à identificação dos controlos que lhe estão associados. Esta informação, que se encontra devidamente registada numa base de dados é monitorizada através de acções periódicas efectuadas pela área de controlo interno e pela auditoria interna. A classificação do risco operacional residual de acordo com a sua frequência e severidade é efectuada numa base anual e permite à VICTORIA identificar quais os processos que requerem maior acompanhamento.

No âmbito da gestão do risco operacional foi dada continuidade ao processo de implementação do sistema de recolha de informação sobre riscos operacionais – Registo de Perdas, através de acções de formação e-learning a todos os colaboradores da empresa.

O **risco de negócio** está associado ao risco de perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. O acompanhamento deste risco, de natureza essencialmente externa, é efectuado trimestralmente através da análise de uma matriz de riscos e reportado à Administração.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão do risco operacional o acompanhamento de situações de fraude e branqueamento de capitais. Neste sentido, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos para acompanhamento de situações de fraude reuniu-se em 2011 o comité Anti-fraude para promover a gestão e desenvolvimento da Política Anti-

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Fraude implementada no âmbito do Sistema de Controlo Interno existente nas áreas operacionais. Manteve-se igualmente um registo de ocorrências de suspeita de fraude. Relativamente ao acompanhamento de situações de Branqueamento de Capitais, de acordo com o sistema de participações de situações que, pela natureza, montante ou características, possam indicar a aplicação de valores provenientes de actividades ilícitas.

No ano de 2011 foram efectuadas 64 participações de fraude das quais 29 foram confirmadas.

#### Risco de Compliance

O Risco de Compliance é definido como o risco da aplicação de sanções, de perdas financeiras ou de dano à reputação da empresa, em consequência de falhas no cumprimento de leis, regulamentos e decisões administrativas

Em 2009 foram instituídos os mecanismos de carácter executivo da função Compliance no contexto do grupo ERGO e em consonância com os novos procedimentos de Governança Interna de VICTORIA. Para acompanhamento deste risco, foram estabelecidos procedimentos relativos à implementação de legislação e normativo. Esta temática foi ainda divulgada a todos os colaboradores através de acções de formação e-learning.

No âmbito do acompanhamento deste risco é elaborado o Annual Compliance Report que constitui uma análise da exposição da companhia a cada uma das fontes de risco de compliance anteriormente enunciadas. O Annual

Compliance Report de 2011, realizado no âmbito do report ao grupo, não identificou quaisquer casos de violação do Código de Conduta, ou de disposições laborais.

No âmbito da actividade da Autoridade de Supervisão – ISP, foram detectadas três situações de não cumprimento de prazos legais, das quais duas foram concluídas sem qualquer coima.

## V – NOTAS AO BALANÇO

### NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
CAIXA E EQUIVALENTES	8.077	6.500
DEPÓSITOS À ORDEM	2.914.607	4.653.042
	<b>2.922.684</b>	<b>4.659.542</b>

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efectuadas directamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se reflectidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 977.955 Euros

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(2010: 722.134 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

### NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso

próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização.

As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efectuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor de mercado.

(UN: EUROS)

EDIFÍCIO	EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO DO JUSTO VALOR	VIDA ÚTIL
Av. Comb. Grande Guerra 71 – Leiria	2009	357.333	319.000	(15.250)	80
Av. Bons Amigos, 67 A – Cacém	2009	268.008	231.000	(22.075)	80
Av. Brasil 6 – Oeiras	2009	166.737	196.000	14.550	80
<b>TOTAL</b>		<b>792.078</b>	<b>746.000</b>	<b>(22.775)</b>	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(UN: EUROS)

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	SALDO INICIAL		AMORTIZAÇÕES	SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES		
Terrenos	223.800	-	-	223.800
Edifícios	522.200	(6.599)	(6.599)	509.002
<b>TOTAL</b>	<b>746.000</b>	<b>(6.599)</b>	<b>(6.599)</b>	<b>732.802</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efectuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. O valor final resultou da ponderação entre os valores obtidos através do modelo de avaliação de rendimento e do modelo dos comparáveis de mercado. Anualmente são efectuados testes de imparidade.

### NOTA 3 – Activos disponíveis para venda

A carteira de activos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(UN: EUROS)

	2011			2010		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	RESERVA DE JUSTO VALOR	SALDO FINAL	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	RESERVA DE JUSTO VALOR	SALDO FINAL
Instrumentos de capital e unid. participação	774.814	(10.564)	764.250	957.513	124.303	1.081.816
Títulos de Dívida	93.708.532	323.553	94.032.085	91.682.230	259.285	91.941.515
Dívida Pública	81.954.845	389.153	82.343.998	73.444.290	364.234	73.808.524
De Outros Emissores Públicos	–	–	–	2.005.788	(916)	2.004.872
De Outros Emissores	10.316.125	(65.600)	10.250.525	14.827.844	(104.033)	14.723.811
Juro a receber	1.437.562	–	1.437.562	1.404.308	–	1.404.308
<b>TOTAL</b>	<b>94.483.346</b>	<b>312.989</b>	<b>94.796.335</b>	<b>92.639.743</b>	<b>383.588</b>	<b>93.023.331</b>

Em 31 de Dezembro de 2011 os activos disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo

com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers' (nível 1 de acordo com o IFRS 7).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**NOTA 4 – Empréstimos e contas a receber**

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
Outros Depósitos – Dep Prazo	–	850.000
Acréscimos de Juros	–	213
Empréstimos concedidos	24.529	24.950
	24.529	875.163

**NOTA 5 – Afectação dos Investimentos**

A 31 de Dezembro de 2011 os investimentos, encontram-se afectos da seguinte forma:

	(UN: EUROS)			
	2011			
	ACIDENTES DE TRABALHO	OUTROS SEGUROS	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	6.115	2.916.569	–	2.922.684
Terrenos e Edifícios	–	746.000	–	746.000
Activos disponíveis para venda	43.353.418	51.442.917	–	94.796.335
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	227.898	536.352	–	764.250
Títulos de Dívida	43.125.520	50.906.565	–	94.032.085
Empréstimos concedidos e contas a receber	–	–	24.529	24.529
Empréstimos concedidos	–	–	24.529	24.529
<b>TOTAL</b>	<b>43.359.533</b>	<b>55.105.486</b>	<b>24.529</b>	<b>98.489.548</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**NOTA 6 – Outros activos tangíveis e Inventários**

Em Outros activos tangíveis, encontram-se registados os bens de imobilizado corpóreo e são analisados como segue:

(UN: EUROS)

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES			REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	
<i>(valor líquido)</i>							
Equipamento							
Equipamento administrativo	930.741	(567.439)	5.641	-	(123.009)	-	245.934
Máquinas e ferramentas	128.501	(88.139)	-	-	(14.018)	-	26.344
Equipamento informático	1.385.005	(1.174.334)	592	(1.747)	(145.408)	1.747	65.855
Instalações interiores	208.868	(29.858)	443	-	(26.340)	-	153.113
Outro Equipamento	1.433.178	(1.131.208)	-	-	(64.973)	-	236.997
Sub-total	4.086.293	(2.990.978)	6.676	(1.747)	(373.748)	1.747	728.243
Património artístico	8.366	-	-	-	-	-	8.366
<b>TOTAL</b>	<b>4.094.659</b>	<b>(2.990.978)</b>	<b>6.676</b>	<b>(1.747)</b>	<b>(373.748)</b>	<b>1.747</b>	<b>736.609</b>

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**NOTA 7 – Outros activos intangíveis**

A análise é efectuada através do seguinte quadro:

(UN: EUROS)

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES				
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)	-	-	-	-
Despesas Aplicações Informáticas	11.388.137	(9.910.319)	107.572	442.855	(947.069)	1.081.176
Activos intangíveis em curso	619.913	-	484.006	(442.855)	-	661.064
Outros	1.068.396	(1.068.396)	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.245.834</b>	<b>(11.148.103)</b>	<b>591.578</b>	<b>-</b>	<b>(947.069)</b>	<b>1.742.240</b>

**NOTA 8 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações**

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(UN: EUROS)

	2011	2010
Tomadores de Seguros	6.979.200	6.398.739
Mediadores de Seguros	306.134	1.022.595
Resseguradores e Ressegurados	678.197	594.376
Sub-total	7.963.531	8.015.710
Imparidade	(900.424)	(914.038)
Total	7.063.107	7.101.672
Outros Devedores	4.989.604	3.335.020
Imparidade	(196.060)	(165.617)
Total Outros Devedores	4.793.544	3.169.403
<b>TOTAL</b>	<b>11.856.651</b>	<b>10.271.075</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Na rubrica Tomadores de seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de 900.424 Euros (2010: 914.038 Euros). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos – por Ramo) traduz a realidade de 2011, uma vez que nos testes efectuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores.

Em Outros Devedores encontram-se registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 16. Regista também os movimentos referentes a pagamentos efectuados no decurso do período de fecho, estando o seu reconhecimento em Ganhos e Perdas assegurado pela constituição das provisões técnicas.

**NOTA 9 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo**

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Como Benefícios pós-emprego, e em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) para a actividade seguradora, a Companhia assume a responsabilidade por pensões complementares de reforma.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto

de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (“settlement”) durante o ano de 2012.

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não irá ter qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efectiva do plano.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
Benefícios de pós emprego	975.959	895.016
Outros Benefícios de longo prazo	(272.382)	(176.500)
	<b>703.577</b>	<b>718.516</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

As Obrigações com benefícios dos empregados estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

**Plano de Contribuição Definida**

Este plano aplica-se mas seguintes modalidades:

– Para os colaboradores a tempo completo ou parcial que façam parte do quadro permanente dos Associados, admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e que tenham aderido ao plano. A adesão ao plano implica a realização de uma contribuição mínima mensal de 0,5% do salário efectivo mensal líquido. As contribuições mensais efectuadas pelos Associados são as constantes no quadro a seguir indicado:

TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTAGEM DE CONTRIBUIÇÃO
< 10 ANOS	1%
>= 10 ANOS E < 20 ANOS	1,5%
>= 20 ANOS	2%

Os benefícios são pagos através de seguros adquiridos pelo Fundo. Encontram-se abrangidos pelo plano de contribuição definida 17 participantes (16 em 2010).

O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de contribuição definida é o Fundo de Pensões VICTORIA.

A taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano foi em 2011 de 0,79% (em 2010-1,27%) e, em 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos activos ascendia a Euros 20.188.

– Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011.

Os activos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011, são como segue:

	2011
RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS	334.097
JUSTO VALOR DOS ACTIVOS DO FUNDO	1.343.129
ACTIVOS/ (RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	1.009.032

Por força do novo CCT, e uma vez que as responsabilidades por serviços passados se encontram totalmente financiadas, a companhia irá solicitar junto do ISP autorização para proceder ao reembolso do excesso de financiamento.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**Plano de Benefício Definido**

Este plano aplica-se a todos os colaboradores dos Associados, quer na situação de activos ou reformados, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, e é independente das pensões atribuídas pela Segurança Social. Os benefícios a financiar dizem respeito aos complementos de reforma por invalidez e velhice, previstos no Capítulo V do CCT da Actividade Seguradora. Não existem

direitos adquiridos. A partir de 2009 a actualização das pensões passou a ser financiada pelo Fundo e o pagamento dos benefícios será efectuado directamente pelo Fundo. As alterações encontram-se em fase de aprovação pelo ISP.

A Companhia optou por reconhecimento total e imediato dos ganhos e perdas actuariais por reservas.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

(UN.: EUROS)

	NÚMERO	MASSA SALARIAL ANUAL	SALÁRIO MÉDIO ANUAL	IDADE MÉDIA	ANTIGUIDADE MÉDIA ELEGÍVEL
Participantes com idade inferior à idade normal de reforma por velhice	51	1.715.513 €	33.638 €	49	23
Participantes com idade igual ou superior à idade normal de reforma por velhice	-	-			

	NÚMERO	PENSÃO ANUAL	PENSÃO MÉDIA ANUAL	IDADE MÉDIA
Beneficiários	5	6.331 €	1.266 €	65

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O número de participantes diminuiu de 56 para 51 devido, essencialmente, a saídas no âmbito de rescisões de contrato. Esta situação tem reflexo ao nível dos rácios de financiamento das responsabilidades, em que o rácio do valor actual das responsabilidades por serviços passados é de 342% (em 2010: 268%).

O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de benefício definido é o Fundo de Pensões VICTORIA. A taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano foi de 0,79% em 2011 (em 2010-1,28%).

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011 e 2010, são como segue:

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidades por benefícios	164.757	305.455	470.212	609.620	176.500	786.120
Justo valor dos activos do fundo	164.757	-	164.757	1.504.636	-	1.504.636
<b>ACTIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO</b>	<b>-</b>	<b>(305.455)</b>	<b>(305.455)</b>	<b>895.016</b>	<b>(176.500)</b>	<b>718.516</b>

UN.: EUROS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Valor actual da responsabilidade em 1 de Janeiro	609.620	176.500	786.120	869.122	179.900	1.049.022
Custo do serviço corrente	25.218	139.491	164.709	16.409	7.343	23.752
Custo de juros	28.958	8.384	37.342	43.456	8.995	52.451
(Ganhos) e perdas actuariais	(94.018)	(5.055)	(99.073)	(253.600)	(19.738)	(273.338)
Benefícios passados não reconhecidos	533	(13.865)	(13.332)	47.439	-	47.439
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	(65.384)	-	(65.384)	(4.854)	-	(4.854)
Benefícios pagos	(6.073)	-	(6.073)	(108.352)	-	(108.352)
Redução por alteração do CCT	(334.097)	-	(334.097)	-	-	-
<b>VALOR ACTUAL DA RESPONSABILIDADE EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>164.757</b>	<b>305.455</b>	<b>470.212</b>	<b>609.620</b>	<b>176.500</b>	<b>786.120</b>

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, ALICO e BES-Vida. A responsabilidade ascende a € 1.770.452 (2010: € 1.862.446).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como se segue:

	(UN.:EUROS)	
	2011	2010
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.504.636	1.529.624
Retorno esperado dos activos	15.153	19.120
Ganhos e (perdas) actuariais	(5.830)	(39.254)
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(6.073)	(4.854)
Redução por alteração do CCT	(1.343.129)	-
<b>ACTIVOS DO PLANO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>164.757</b>	<b>1.504.636</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

(UN: EUROS)

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Custo do serviço corrente	25.218	139.491	164.709	16.409	7.343	23.752
Custo de juros	28.958	8.384	37.342	43.456	8.995	52.451
Retorno esperado dos activos	(15.153)	-	(15.153)	(19.120)	-	(19.120)
Benefícios passados não reconhecidos anteriormente	533	-	533	47.439	-	47.439
Redução de benefícios por saídas						
antecipadas	(65.384)	-	(65.384)	(108.352)	-	(108.352)
Ganhos e perdas actuariais	-	(13.865)	(13.865)	-	(16.685)	(16.685)
<b>TOTAL DO CUSTO DO ANO</b>	<b>(25.828)</b>	<b>134.010</b>	<b>108.182</b>	<b>(20.168)</b>	<b>(347)</b>	<b>(20.515)</b>

O justo valor dos activos que constituem o plano 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

(UN: EUROS)

	2011		2010	
Fundos de Investimento Imobiliários	2,45%	36.907	3,77%	56.782
Fundos de Investimento em Acções	1,36%	20.459	5,62%	84.518
Acções	-	-	-	-
Fundos de Investimento em Obrigações	12,47%	188.022	2,65%	39.921
Obrigações de Taxa Variável	5,68%	85.651	50,79%	764.229
Obrigações de Taxa Fixa	74,65%	1.125.616	31,61%	475.591
Mercado Monetário	3,40%	51.231	5,56%	83.595
<b>TOTAL</b>		<b>1.507.886</b>		<b>1.504.636</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O retorno real dos activos foi de Euros 9.322.

Os ganhos e perdas actuariais em 2011 e 2010 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

(UN: EUROS)

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	426.398	3.053	429.451	212.052	-	212.052
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	94.018	5.055	99.073	253.600	3.053	256.653
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(5.830)	-	(5.830)	(39.254)	-	(39.254)
Redução por alteração do CCT	(499.215)	-	(499.215)	-	-	-
<b>DESVIOS ACTUARIAIS RECONHECIDOS EM RESERVAS EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>15.371</b>	<b>8.108</b>	<b>23.479</b>	<b>426.398</b>	<b>3.053</b>	<b>429.451</b>

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

Para efeitos da determinação do valor actual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2011	2010
a) Tábuas de mortalidade		
→ Tábua de mortalidade período anterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
→ Tábua de mortalidade período posterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
b) Tábua de invalidez (aplicada à população activa)	1978-SOATrans. Male	1978-SOATrans. Male
c) Decrementos utilizados no cálculo da probabilidade dos participantes se encontrarem no activo à idade de reforma por velhice	Nada a mencionar	Nada a mencionar
d) Idade de reforma por velhice		
→ Activos (excepto um colaborador da VICTORIA –Seguros com reforma diferida)	65 anos	65 anos
→ Colaborador da VICTORIA –Seguros com reforma diferida	62 anos	62 anos
e) Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
f) Taxa de desconto anual		
→ Período até à idade de reforma	5%	4,75%
→ Período após a idade de reforma	5%	4,75%
g) Taxas anuais de		
→ Crescimento salarial	2%	2%
→ Crescimento salarial para determinação da pensão dedutível	2%	2%
→ Crescimento das pensões	1%	1%
→ Crescimento das prestações de pré-reforma	Nada a mencionar	Nada a mencionar
h) Probabilidade de pré-reforma	0%	0%
i) Encargos rendas vitalícias	0%	0%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

A contribuição recomendada para a Associada VICTORIA – Seguros, S.A para o financiamento das responsabilidades do plano de pensões decorrente da avaliação actuarial é de Euros 25.218 e tem uma periodicidade anual.

A evolução das responsabilidades e dos activos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	(UN. EUROS)				
	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades por benefícios	470.212	786.120	1.049.022	1.062.222	1.012.612
Justo valor dos activos do fundo	164.757	1.504.636	1.529.624	1.474.715	1.506.201
<b>ACTIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO</b>	<b>(305.455)</b>	<b>718.516</b>	<b>480.602</b>	<b>412.493</b>	<b>493.589</b>

**NOTA 10 – Activos e Passivos por impostos**

A rubrica de Activos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que

corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	(UN. EUROS)					
	ACTIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Investimentos financeiros	-	-	136.016	207.804	(136.018)	(207.804)
Benefícios a empregados	45.931	37.127	32.492	64.984	13.439	(27.857)
Provisões	462.645	317.068	-	-	462.645	317.068
Terrenos e edifícios	27.566	26.185	3.856	3.856	23.710	22.329
Outros passivos	302.179	282.692	348.435	-	(46.256)	282.692
Prejuízos fiscais	1.131.719	3.075.892	-	-	1.131.719	3.075.892
<b>IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS/(PASSIVOS)</b>	<b>1.970.040</b>	<b>3.738.964</b>	<b>520.801</b>	<b>276.644</b>	<b>1.449.241</b>	<b>3.462.320</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(UN.:EUROS)

	2011	2010		2011	2010	
	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL
Investimentos financeiros	53.078	18.710	71.788	53.075	233.811	286.886
Benefícios a empregados	41.296	-	41.296	31.903	-	31.903
Provisões	145.577	-	145.577	88.691	-	88.691
Imóveis	1.381	-	1.381	(14.398)	-	(14.398)
Outros passivos	(328.948)	-	(328.948)	1.086	-	1.086
Prejuízos fiscais	(1.944.173)	-	(1.944.173)	1.035.155	-	1.035.155
Impostos diferidos activos / (passivos)	(2.031.789)	18.710	(2.013.079)	1.195.512	233.811	1.429.323

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais (gerados nos exercícios anteriores no âmbito do RETGS) para efeitos de reporte subsequente.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010 é analisado como segue:

(UN.:EUROS)

	2011	2010
IMPOSTO CORRENTE	186.230	(801.116)
IMPOSTO DIFERIDO	2.031.789	(1.195.512)
<b>IMPOSTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.218.019</b>	<b>(1.996.628)</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	(UN.:EUROS)		
	2011	2010	VARIAÇÃO
Imposto Diferido	(86.798)	(105.506)	18.708
Investimentos financeiros	(82.942)	(101.650)	18.708
Terrenos e edifícios	(3.856)	(3.856)	-
<b>TOTAL IMPOSTO RECONHECIDO RESERVAS</b>	<b>(86.798)</b>	<b>(105.506)</b>	<b>18.708</b>

A reconciliação da taxa efectiva de impostos é analisada como segue:

	(UN.:EUROS)	
	2011	2010
RESULTADO ANTES IMPOSTO	(13.174.191)	(9.598.781)
TAXA DE IMPOSTO	26,5%	26,5%
IMPOSTO CALCULADO COM BASE TAXA DE IMPOSTO	3.491.161	2.543.677
CUSTOS NÃO ACEITES		
IMPARIDADES	(5.237.721)	-
MULTAS, COIMAS E JUROS COMPENSATÓRIOS	-	(736)
PROVISÕES	(127.729)	(79.372)
OUTROS	-	(385.229)
BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTRAS CORRECÇÕES		
BENEFÍCIOS FISCAIS E RENDIMENTO ART.º46	-	7.366
REDUÇÃO DE PROVISÕES	-	11.835
AJUSTAMENTOS À COLECTA		
TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA	(343.730)	(100.912)
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	(2.218.019)	1.996.628
TAXA DE IMPOSTO EFECTIVA	16,8%	20,8%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

## NOTA 11 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são analisadas como segue:

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	(UN.: EUROS)	
			VALOR DE BALANÇO 2011	VALOR DE BALANÇO 2010
Provisões técnicas de seguro directo	88.975.154	2.540.426	86.434.728	92.723.302
Provisão para prémios não adquiridos	22.142.758	2.540.426	19.602.332	24.236.450
Provisão para sinistros	54.160.404	-	54.160.404	54.041.321
Provisão participação resultados	53.921	-	53.921	114.019
Provisão para desvios de sinistralidade	4.137.185	-	4.137.185	3.871.829
Outras provisões técnicas	8.480.886	-	8.480.886	10.459.683
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.145.862	-	9.145.862	11.733.170
Provisão para prémios não adquiridos	4.604.077	-	4.604.077	5.043.711
Provisão para sinistros	4.541.785	-	4.541.785	6.689.459

### 1) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 3.353.975 Euros (2010: 3.993.970 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não reportados

(IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. No decorrer de 2011, efectuou-se um estudo actuarial, tendo-se apurado o montante de 1.156.742 Euros (2010: 1.219.910 Euros).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(UN: EUROS)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/N-1 (1)	CUSTOS COM SINISTROS* MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (2)	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/N (3)	REAJUSTAMENTOS (4)
<b>NÃO VIDA</b>				
Acidentes e doença	27.248.593	12.142.040	18.488.434	3.381.881
Acidentes de trabalho	21.205.128	6.909.888	17.395.857	3.100.617
Acidentes pessoais	880.819	490.371	264.220	(126.228)
Doença	5.162.646	4.741.781	828.357	407.492
Incêndio e outros danos	8.730.661	6.031.021	1.643.204	(1.056.436)
Automóvel				
– Responsabilidade civil	11.791.040	6.198.297	5.573.100	(19.643)
– Outras coberturas	5.092.277	4.218.074	458.659	(415.544)
Marítimo, aéreo e transportes	894.330	635.760	215.382	(43.188)
Responsabilidade civil geral	281.511	167.252	270.693	156.434
Crédito e caução	1.000	-	-	(1.000)
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1.909	-	2	(1.907)
<b>TOTAL</b>	<b>54.041.321</b>	<b>29.392.444</b>	<b>26.649.474</b>	<b>2.000.597</b>

\*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

O valor dos reajustamentos efectuados no exercício de 2011, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 16.336.948 Euros (2010: 13.900.593 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

• Tábua de mortalidade	TD 88/90
• Taxa de desconto	5,25%
• Encargos de gestão	-

Pensões em pagamento:

• Tábua de mortalidade	TV 88/90
• Taxa de desconto	3%
• Encargos de gestão	2%

*II) Provisão para Participação nos Resultados*

A Companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, prevêm a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

*III) Outras Provisões Técnicas – Provisões para riscos em Curso*

Em 2011, continuou-se com as medidas iniciadas em 2010 de aumento de prémio e de selecção de carteira que visam a inversão da sinistralidade. Assim, no apuramento da provisão para riscos em curso, foi considerado um crescimento tarifário para automóvel, conforme quadro abaixo.

CRESCIMENTO TARIFÁRIO	
AUTO – RESPONSABILIDADE CIVIL	1,40%
AUTO – VEÍCULOS TERRESTRES	4,28%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

### NOTA 12 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
Tomadores de Seguros	1.462.826	1.992.627
Mediadores de Seguros	694.480	1.250.550
Co-Seguradores	132.075	186.216
Sub-total	2.289.381	3.429.393
Resseguradores	1.389.227	4.480.299
Outros Credores	2.810.203	1.147.915
<b>TOTAL</b>	<b>6.488.811</b>	<b>9.057.607</b>

A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

### NOTA 13 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

### Acréscimos e diferimentos no Activo

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
Rendas e alugueres	55.020	73.994
Outros acréscimos e diferimentos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>55.020</b>	<b>73.994</b>

### Acréscimos e diferimentos no Passivo

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
Férias e subsídio de férias	969.599	876.615
Outros acréscimos e diferimentos	2.988.229	747.717
<b>TOTAL</b>	<b>3.957.828</b>	<b>1.624.332</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros acréscimos e diferimentos inclui incentivos de desempenho atribuídos aos colaboradores e órgãos sociais, no montante de Euros 1.171.300.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

### NOTA 14 – Capital Próprio

A VICTORIA – Seguros, S.A., no seguimento das deliberações nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 21 de Outubro e de 19 de Dezembro, procedeu-se a dois aumentos de capital da sociedade de Euros 17.000.000 através da emissão de 370.000 novas acções subscritas integralmente pela accionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 1.850.000, com um ágio da emissão total de Euros 15.150.000.

Na sequência destas operações a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 17.850.000, representado por 3.570.000 acções, de valor nominal de Euros 5 cada.

No que respeita à Reservas de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

– Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros

	SALDO INICIAL	VALORIZAÇÕES / DESVALORIZAÇÕES	DIMINUIÇÕES POR VENDA	SALDO FINAL
De justo valor de activos financeiros	383.588	361.672	(432.271)	312.989
Instrumentos de capital e Unid. participação	124.303	(39.736)	(95.131)	(10.564)
Títulos de Dívida	259.285	401.408	(337.140)	323.553
Dívida Pública	364.234	310.121	(285.202)	389.153
De Outros Emissores Públicos	(916)	-	916	-
De Outros Emissores	(104.033)	91.287	(52.854)	(65.600)
Terrenos e Edifícios	14.550	-	-	14.550
Total	398.138	361.672	(432.271)	327.539

### NOTA 15 – Reserva Legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo

menos 10% sobre o resultado liquido anual, até à concorrência do Capital Social.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**NOTA 16 – Transacções entre partes relacionadas**

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

No decurso de 2011, a VICTORIA tinha como entidades

relacionadas, as empresas do Grupo Segurador ERGO, R.F.A. entidade à qual pertenceu até 29 de Dezembro de 2011.

A análise das transacções com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(UN:EUROS)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA- SEGUROS DE VIDA, S.A.	MEAG	ERGO INTERNATIONAL SERVICES	ERGO VERSICHERUN GSGRUPPE AG	MUNICH RE	NEW RE
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	-	-	-	-	-	2.488.615	224.762
Total dos Proveitos	-	-	-	-	-	2.488.615	224.762
Custos e gastos de exploração – comissões	-	-	-	-	-	150.573	8.535
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	550.169	126.754
Outros Gastos Gerais e Administrativos	118.310	-	69.513	351.304	30.196	-	-
Total dos Custos	118.310	-	69.513	351.304	30.196	700.742	135.289
Líquido Proveitos/(Custos) 2011	(118.310)	-	(69.513)	(351.304)	(30.196)	1.787.873	89.473
Líquido Proveitos/(Custos) 2010	(104.858)	16.524	(70.762)	(197.200)	(31.555)	2.422.566	54.310

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(UN:EUROS)

BALANÇO	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA- SEGUROS DE VIDA, S.A.	MEAG	ERGO INTERNATIONAL SERVICES	ERGO VERSICHERUN GSGRUPPE AG	MUNICHRE	NEWRE
<b>ACTIVO</b>							
Outros Devedores por operações de seguro	-	-	-	45.839	-	-	22.176
Total do Activo	-	-	-	45.839	-	-	22.176
<b>PASSIVO</b>							
Outros Credores por operações de seguro	143.371	105.876	-	-	-	188.925	-
Total do Passivo	143.371	105.876	-	-	-	188.925	-
Líquido Activo / (Passivo) 2011	(143.371)	(105.876)	-	45.839	-	(188.925)	22.176
Líquido Activo / (Passivo) 2010	(27.486)	212.976	27.287	(57.123)	(26.296)	(1.468.569)	(18.112)

As transacções efectuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal – SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transacções efectuadas com a Munich Re e New Re respeitam exclusivamente a operações de resseguro. As transacções com a entidade ERGO International Services, GmbH respeitam essencialmente a serviços prestados na área da informática, nomeadamente com a manutenção da plataforma SAP e ALICE.

No que se refere à entidade Meag, esta desenvolve a actividade de front office da actividade de investimentos de activos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

No dia 29 de Dezembro de 2011, o Grupo SMABTP formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros, S.A..

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

## NOTA 17 – Elementos extra patrimoniais

### Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se reflectidos do seguinte modo:

	(UN: EUROS)
COMPROMISSOS FINANCEIROS	VALOR
2012	260.333
2013	195.937
2014	172.688
2015	97.721
<b>TOTAL</b>	<b>726.679</b>

### Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são analisadas como segue:

	(UN: EUROS)	
NATUREZA DA GARANTIA	2011	2010
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
<b>TOTAL</b>	<b>1.903</b>	<b>1.903</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

## VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

### NOTA 18 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2011 e 2010 pode ser analisada do seguinte modo:

	(UN. EUROS)				
2011	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro directo					
Acidentes e doença	45.610.994	46.310.044	39.732.119	12.975.465	(1.440.804)
Incêndio e outros danos	21.109.886	21.512.943	11.268.560	6.827.706	(4.695.949)
Automóvel					
– Responsabilidade civil	15.359.217	17.117.278	13.305.518	5.276.220	(1.936.037)
– Outras coberturas	8.696.456	11.237.040	11.599.373	3.599.079	(465.168)
Marítimo, aéreo e transportes	3.938.389	3.908.532	1.941.223	975.435	(413.173)
Responsabilidade civil geral	822.436	866.649	424.926	450.608	(116.515)
Crédito e caução	36.230	33.927	24.961	8.450	(4.922)
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	4.675	5.383	(888)	2.388	(791)
Sub-total	95.578.283	100.991.797	78.295.791	30.115.352	(9.073.359)
Resseguro aceite					
Total	95.578.283	100.991.797	78.295.792	30.115.351	(9.073.359)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(UN: EUROS)

2010	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro directo					
Acidentes e doença	48.494.817	48.275.933	36.297.879	11.909.796	(2.375.314)
Incêndio e outros danos	21.837.772	21.431.359	16.770.863	6.497.432	(1.886.152)
Automóvel					
– Responsabilidade civil	18.343.774	16.559.283	9.971.474	4.234.303	(1.424.085)
– Outras coberturas	13.402.732	12.193.353	14.137.047	3.614.554	(1.084.517)
Marítimo, aéreo e transportes	3.475.593	3.446.361	951.829	721.361	(512.243)
Responsabilidade civil geral	864.004	810.336	257.054	346.750	(149.818)
Crédito e caução	28.800	27.572	26.000	3.375	(3.315)
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	6.082	6.303	662	800	(207)
Sub-total	106.453.574	102.750.500	78.412.808	27.328.371	(7.435.651)
Resseguro aceite	37.685	37.685	13.747	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>106.491.259</b>	<b>102.788.185</b>	<b>78.426.555</b>	<b>27.328.371</b>	<b>(7.435.651)</b>

**NOTA 19 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços**

As comissões dos contratos de prestação de serviços no montante de 255.575 Euros (684.139 Euros em 2010) são

determinadas de acordo com o estipulado nos contratos, sendo o seu valor registado por estimativa nas datas de reporte e ajustado nas anuidades dos contratos.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**NOTA 20 – Custos com sinistros**

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2011 e 2010, são analisados como segue:

(UN: EUROS)

2011	MONTANTES PAGOS			
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	35.933.117	1.526.325	2.272.677	39.732.119
Incêndio e outros danos	13.229.001	601.116	(2.561.557)	11.268.560
Automóvel				
– Responsabilidade civil	12.580.826	584.135	140.557	13.305.518
– Outras coberturas	12.989.193	605.870	(1.995.690)	11.599.373
Marítimo, aéreo e transportes	1.596.050	65.545	279.628	1.941.223
Responsabilidade civil geral	269.866	12.226	142.834	424.926
Crédito e caução	25.001	–	(40)	24.961
Protecção jurídica	–	–	–	–
Assistência	–	–	–	–
Diversos	–	1.019	(1.907)	(888)
Sub-total	76.623.054	3.396.236	(1.723.498)	78.295.792
Resseguro aceite	–	–	–	–
<b>TOTAL</b>	<b>76.623.054</b>	<b>3.396.236</b>	<b>(1.723.498)</b>	<b>78.295.792</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(UN. EUROS)

2010	MONTANTES PAGOS			
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	35.035.116	2.288.187	(1.025.424)	36.297.879
Incêndio e outros danos	15.578.036	693.069	499.758	16.770.863
Automóvel				
– Responsabilidade civil	8.276.548	393.705	1.301.221	9.971.474
– Outras coberturas	11.763.193	559.561	1.814.293	14.137.047
Marítimo, aéreo e transportes	1.644.357	100.198	(792.726)	951.829
Responsabilidade civil geral	204.342	11.881	40.831	257.054
Crédito e caução	25.000	-	1.000	26.000
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	16.273	-	(15.611)	662
Sub-total	72.542.865	4.046.601	1.823.342	78.412.808
Resseguro aceite	11.740	2.007	-	13.747
<b>TOTAL</b>	<b>72.554.605</b>	<b>4.048.608</b>	<b>1.823.342</b>	<b>78.426.555</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

### NOTA 21 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	(UN:EUROS)	
	2011	2010
Activos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unidade Participação	26.871	38.370
Títulos de Dívida	1.377.232	1.807.699
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Depósitos	117.517	21.080
<b>TOTAL</b>	<b>1.521.620</b>	<b>1.867.149</b>

O montante dos rendimentos de investimentos financeiros refere-se exclusivamente a juros.

### NOTA 22 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afectação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 27.

### NOTA 23 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

	(UN:EUROS)	
	2011	2010
Activos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid participação	99.585	206.471
Títulos de Dívida	(29.782)	(12.523)
<b>TOTAL</b>	<b>69.803</b>	<b>193.948</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

### NOTA 24 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
Outros rendimentos técnicos		
Por gestão co-seguro	5.768	4.734
Por outros	4.340	7.446
<b>TOTAL</b>	<b>10.108</b>	<b>12.180</b>

### NOTA 25 – Outras provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da actividade, incluindo uma provisão para contingências fiscais.

	(UN: EUROS)				
	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras Provisões	469.853	673.961	23.065	36.220	1.084.529

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**NOTA 26 – Outros rendimentos/gastos**

O saldo é como segue:

			(UN:EUROS)	
	2011	2010	2011	2010
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes	
Donativos	-	3.593	Restituição impostos	-
Multas e penalidades	19.645	2.588	Outros rendimentos e ganhos	72.962
Quotizações diversas	-	-		
Outros gastos e perdas	27.435	125.699		
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros	
Juros suportados	75.543	2.787	Juros obtidos	577
Outros gastos e perdas	1.543	81.518	Outros rendimentos e ganhos	-
Ajustamentos			Outros	895.769
De recibos por cobrar	-	81.730	Ajustamentos	
De créditos de cobrança duvidosa	30.443	-	De recibos por cobrar	13.614
Perdas em activos tangíveis	-	1.709	De créditos de cobrança duvidosa	-
Sub-total	154.609	299.624		15.439
<b>TOTAL</b>	<b>828.313</b>	<b>1.277.439</b>		<b>982.922</b>
				<b>1.577.063</b>

O montante registado em Multas e penalidades respeita na sua maioria a coimas aplicadas pelo ISP, no valor de Euros 19.500, conforme informação prestada no ponto Risco de Compliance.

A rubrica Outros rendimentos inclui o montante de Euros 603.000 relativo à regularização de saldos de agentes e mediadores.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

### NOTA 27 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	(UN:EUROS)	
	2011	2010
Despesas com pessoal	10.466.174	9.217.199
Fornecimento e serviços externos	5.863.400	6.877.213
Impostos e taxas	360.774	488.052
Amortizações do exercício	1.327.416	1.516.928
Juros suportados	-	60.716
Comissões	111.785	114.073
<b>TOTAL</b>	<b>18.129.549</b>	<b>18.274.181</b>

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

	(UN:EUROS)	
	2011	2010
Custos com sinistros	3.396.236	4.048.608
Custos de exploração		
Custos de aquisição	5.411.370	4.880.976
Custos administrativos	8.869.700	8.772.021
Custos com investimentos	452.243	572.576
<b>TOTAL</b>	<b>18.129.549</b>	<b>18.274.181</b>

### NOTA 28 – Gastos com o pessoal

#### Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efectuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Actividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além dos 2 membros do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 216 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2011	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2010
Quadros superiores	29	26
Quadros médios	53	52
Profissionais altamente qualificados	35	37
Profissionais qualificados	92	94
Profissionais semi – qualificados	-	1
Estagiários e aprendizes	7	9
<b>TOTAL</b>	<b>216</b>	<b>219</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

**Montante das despesas com o pessoal**

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são analisados como segue:

	(UN: EUROS)	
	2011	2010
Remunerações		
dos órgãos sociais	438.824	335.990
do pessoal	7.541.886	6.255.308
Encargos sobre remunerações	1.561.638	1.382.593
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	4.561	4.472
Planos de benefício definido	(25.828)	(20.168)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	134.010	(347)
Benefícios de cessação de emprego	520.912	911.012
Seguros obrigatórios	147.293	146.992
Gastos de acção social	40.101	33.764
Outros gastos com pessoal	102.777	167.583
<b>TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL</b>	<b>10.466.174</b>	<b>9.217.199</b>

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direcção e controlo, são constituídos tendo por base

a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direcção efectiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direcções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

ÓRGÃOS	Nº ELEMENTOS	VALOR TOTAL REMUNERAÇÃO	
		VICTORIA VIDA	VICTORIA SEGUROS
Conselho de Administração Executivo	2	-	422.002
Directores	8	304.447	490.956
Responsáveis	14	234.517	586.301
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>538.964</b>	<b>1.499.259</b>

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

## VII) JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

### *Caixa e Depósitos em instituições de crédito*

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### *Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

### *Devedores e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros*

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

## VIII) NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### **Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

#### **IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo dar informação aos utilizadores das demonstrações financeiras para que possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

### Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011.

A Companhia não obteve qualquer impacto significativo da adopção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

### Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

#### IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação

obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2015, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes

## 01

### RELATÓRIO

## 02

### INFORMAÇÃO FINANCEIRA

## 03

### RELATÓRIOS DEFISCALIZAÇÃO

registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em Other Comprehensive income (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de de facto control.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todas as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### **IFRS 11 – Acordos conjuntos**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 – Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com

## 01

### RELATÓRIO

## 02

### INFORMAÇÃO FINANCEIRA

## 03

### RELATÓRIOS DEFISCALIZAÇÃO

início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: (i) Joint operations; e (ii) Joint ventures.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma joint venture, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### **IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### **IFRS 13 – Mensuração do justo valor**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor e define novos requisitos de divulgação informação.

Desta forma, os principais aspectos considerados são:

- Princípios que estão na base da determinação do justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valores; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

### IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: (i) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e (ii) necessidades de requisitos de divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

### IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelas entidades

relativamente aos investimentos em associadas e em joint ventures, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, para ambos os investimentos.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa joint venture, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011). A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

### IFRS 7 (Alterada) – Divulgações – Offsetting de activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 – Divulgações – Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.



01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO								
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
2.2.1.1 - De dívida pública										
FR0119105767	BTF FRENCH T-BILL 01/12/12		800.000	99,96		799.679	100	799.920	-	-
FR0119105775	BTF FRENCH T-BILL 02/09/12		15.800.000	99,95		15.791.644	100	15.798.420	-	-
FR0119105783	BTF FRENCH T-BILL 03/08/12		800.000	99,76		798.073	100	799.880	-	-
FR0119580175	BTF FRENCH T-BILL 09/20/12		7.500.000	99,70		7.477.215	100	7.491.375	-	-
BE0000317264	BELGIUM KINGDOM TF 09/12		4.000.000	100,14		4.005.625	100	4.015.200	60.765	2,000%
ES0000012118	BONOS Y OBLIG TF 09/12		2.400.000	100,31		2.407.341	100	2.395.560	43.820	2,750%
DE0001141505	BUNDESOBLIGATION TF 07/12		5.500.000	100,84		5.546.071	101	5.561.050	157.486	4,000%
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	99,72		398.893	111	443.940	5.902	3,000%
IT0003190912	BUONI POLIENNALI TF 01/12		1.300.000	100,23		1.302.988	100	1.302.405	27.068	5,000%
IT0004220627	BUONI POLIENNALI TF 07/12		5.000.000	100,35		5.017.592	100	5.010.500	40.984	4,000%
IT0004612179	BUONI POLIENNALI TF 10/13		2.000.000	99,65		1.993.077	95	1.906.700	3.169	2,000%
PTCON40E0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	53,34		15.309	41	11.746	571	4,000%
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	114,84		1.952.247	123	2.090.206	20.367	1,500%
FI0001006165	FINNISH GOVT TF 07/12		1.200.000	102,27		1.227.181	103	1.235.520	14.910	4,250%
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	100,99		201.979	109	217.210	4.795	3,375%
FR0000188013	FRANCE O.A.T. I/L TF 01/12		1.000.000	122,16		1.221.638	126	1.258.733	15.898	3,000%
FR0010135525	FRANCE O.A.T. I/L TF 04/15		1.000.000	115,74		1.157.436	121	1.210.476	8.041	1,600%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		2.800.000	103,53		2.898.713	106	2.980.562	16.605	1,300%
FR0010061242	FRANCE O.A.T. TF 03/14		500.000	105,81		529.053	107	533.675	13.607	4,000%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS						VALOR DE BALANÇO				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	104,72		104.720	109	108.655	2.721	4,000%
FR0000188328	FRANCE OAT TF 01/12		17.300.000	101,29		17.522.585	102	175.655.555	588.484	5,000%
NL0000102671	NETHERLANDS GOV'T TF 02/12		1.200.000	102,56		1.230.714	103	1.231.080	27.705	5,000%
NL0009041359	NETHERLANDS GOV'T TF 09/12		3.800.000	100,04		3.801.557	100	3.802.470	90.575	2,500%
NL0009331461	NETHERLANDS GOV'T TF 10/13		2.000.000	100,75		2.015.065	102	2.032.400	33.562	1,750%
AT0000385356	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 02/12		2.480.000	102,36		2.538.450	102	2.540.760	57.257	5,000%
	<b>SUB-TOTAL</b>		<b>80.808.701</b>			<b>81.954.845</b>		<b>823.43998</b>	<b>1.234.292</b>	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
	<b>SUB-TOTAL</b>		-			-		-	-	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS0428611973	ABN AMRO BANK NV TF 09/14		800.000	101,93		815.475	105	838.800	16.672	3,375%
ES0413440076	BANCO ESPANHOL DE CREDITO TF 05/12		200.000	99,83		199.659	99	197.120	1.728	2,750%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	102,03		306.092	83	248.334	63	1,890%
XS0555679728	BANK OF IRELAND TF 10/13		1.000.000	99,97		999.675	91	907.970	38.846	5,875%
FR0010379248	CIE FINANCEMENT TF 06/12		1.500.000	100,02		1.500.260	101	1.507.875	51.843	3,625%
FR0010257683	CIF EUROMORTGAGE TF 06/13		1.000.000	100,58		1.005.784	102	1.021.100	27.831	3,625%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS						VALOR DE BALANÇO				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN- HYPOBK		800.000	103,16		825.276	109	873.480	5.333	4,000%
XS0342241295	DNB NOR BOLIGKRE TF 08/13		800.000	101,89		815.090	103	822.936	30.107	4,125%
XS0181049205	LANDBK HESSEN- THUERINGEN 03/15		2.000.000	101,35		2.026.974	99	1.985.760	2.670	1,602%
DE0005335483	MUENCHENER HYPOBNK TF 03/13		800.000	102,56		820.500	104	830.600	24.803	4,250%
DE0002158946	MUENCHENER HYPOTHEKENBNK TF 05/12		1.000.000	100,13		1.001.340	102	1.016.550	3.374	3,250%
	<b>SUB-TOTAL</b>		<b>10.200.000</b>			<b>10.316.125</b>		<b>10.250.525</b>	<b>203.270</b>	
	<b>SUB-TOTAL</b>		<b>91.008.701</b>			<b>92.270.970</b>		<b>92.594.523</b>	<b>1.437.562</b>	
	2.2.2 – Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 – Acções									
	2.2.2.2 – Títulos de participação									
	<b>SUB-TOTAL</b>									
	2.2.2.3 – Unidades de participação em fundos de investimento									
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP – XD	7.106			109	774.814	108	764.250	-	
	<b>SUB-TOTAL</b>	7.106				774.814		764.250	-	

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

(CONT.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO								
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
	2.2.2.4 – Outros									
	<b>SUB-TOTAL</b>	7.106								
	<b>TOTAL</b>	7.106	91.008.701			93.045.784		93358.773	1.437.562	
	<b>3 – TOTAL GERAL</b>	7.106	91.008.701			93.045.784		93358.773	1.437.562	

**03**

---

**RELATÓRIOS  
DE FISCALIZAÇÃO**

VICTORIA - SEGUROS, S.A.

**RELATÓRIO  
& CONTAS  
2011**

---

01  
RELATÓRIO

02  
INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03  
RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Victoria - Seguros, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 124.476.066 euros, e um total de capital próprio de 23.686.358 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 15.392.210 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos seus capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

dv

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - firma portuguesa membro de rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.L.C.C. - S.A.  
Capital Social: 2 860 000 Euros - Reserva  
Distribuída: N.º PT 502 161 078 - inscrita na  
D.R.C. N.º 189 - inscrita na C.M.V.M. N.º  
956

Matriculada na Conservatória do  
registo Comercial de Lisboa sob o  
N.º PT 502 161 078



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme referido na Certificação Legal das Contas, com referência a 31 de Dezembro de 2010, a **Victoria - Seguros, S.A.**, procedeu à implementação de alguns sistemas de informação que substituíram os anteriormente utilizados e no âmbito do qual se procedeu a um levantamento dos saldos das contas correntes dos mediadores. À data de 31 de Dezembro de 2010, ainda não se encontrava concluído o processo de reconciliação da informação entre os sistemas técnicos e os sistemas contabilísticos no que se refere aos saldos de conta corrente dos mediadores. Salientamos que durante o exercício de 2011, foi concluído o processo de reconciliação da informação entre os sistemas técnicos e os sistemas contabilísticos. Durante o exercício de 2011, a Companhia registou como proveitos o montante de 603.000 euros relativos a regularizações decorrentes deste processo. É o nosso entendimento que esse montante deveria ter sido registado em resultados transitados. Nesta base, o resultado líquido negativo do exercício e os resultados transitados encontram-se subavaliados em 603.000 euros.

Opinião com uma reserva

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Victoria - Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de Março de 2012

*Ana Cristina Soares Dourado*

KPMG & Associados,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS  
DEFISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

Exmos. Senhores Accionistas  
VICTORIA-Seguros, S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA-Seguros, S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos com a seguinte reserva, com cujos teores concordamos:

**Reservas**

- Conforme referido na Certificação Legal das Contas, com referência a 31 de Dezembro de 2010, a Victoria - Seguros, S.A., procedeu à implementação de alguns sistemas de informação que substituíram os anteriormente utilizados e no âmbito do qual se procedeu a um levantamento dos saldos das contas correntes dos mediadores. À data de 31 de Dezembro de 2010, ainda não se encontrava concluído o processo de reconciliação da informação entre os sistemas técnicos e os sistemas contabilísticos no que se refere aos saldos de conta corrente dos mediadores. Salientamos que durante o exercício de 2011, foi concluído o processo de reconciliação da informação entre os sistemas técnicos e os sistemas contabilísticos. Durante o exercício de 2011, a Companhia registou como proveitos o montante de 603.000 euros relativos a regularizações decorrentes deste processo. É nosso entendimento que esse montante deveria ter sido registado em resultados transitados. Nesta base, o resultado líquido negativo do exercício e os resultados transitados encontram-se subavaliados em 603.000 euros.

**Opinião com uma reserva**

- Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Victoria - Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 - R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 - R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Analísámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros, S.A. aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2011;
- A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
- A gestão da Sociedade exercida em 2011 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 28 de Março de 2012

**O Conselho Fiscal**

João de Lara Everard  
(Presidente)

Santiago Gil de Biedma  
(Vogal)

Luis Henriques  
(Suplente do Conselho Fiscal)

**VICTORIA INTERNACIONAL  
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.**

**VICTORIA – SEGUROS S.A**

**VICTORIA- SEGUROS DE VIDA S.A**

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade, 200  
1250-147 Lisboa - Portugal  
**T** 213 134 100 · **F** 213 134 700

---

[www.victoria-seguros.pt](http://www.victoria-seguros.pt)